

FASUL EDUCACIONAL **(Fasul Educacional EaD)**

PÓS-GRADUAÇÃO

ABORDAGENS DA VIOLÊNCIA CONTRA **CRIANÇAS E ADOLESCENTES**

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

ABORDAGENS DA VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

| |
|---|
| DISCIPLINA: POLÍTICAS SOCIAIS E A QUESTÃO DA VIOLÊNCIA |
| RESUMO Para discutirmos acerca das políticas sociais e o enfrentamento da questão da violência, propomos, em um primeiro momento, o retorno ao conceito de política social. Afinal, do que se trata? Não é nosso objetivo, aqui, aprofundarmos o tema e os fundamentos da política social. Entretanto, é importante que façamos algumas reflexões que irão contribuir para a compreensão da problemática. |
| CONTEÚDO PROGRAMÁTICO |
| AULA 1 INTRODUÇÃO O TRATAMENTO DA QUESTÃO SOCIAL NO BRASIL ANTES DA DÉCADA DE 1930 A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA POLÍTICA SOCIAL NO BRASIL POLÍTICA SOCIAL E NEOLIBERALISMO NO BRASIL A POLÍTICA SOCIAL E DESENVOLVIMENTISMO NO BRASIL |
| AULA 2 INTRODUÇÃO A VIOLÊNCIA FÍSICA VIOLÊNCIA MORAL E PSICOLÓGICA VIOLÊNCIA PATRIMONIAL VIOLÊNCIA SEXUAL |
| AULA 3 INTRODUÇÃO CICLOS DE VIDA E VIOLÊNCIA VIOLÊNCIA URBANA VIOLÊNCIA NO CAMPO VIOLÊNCIA AUTOPROVOCADA |
| AULA 4 INTRODUÇÃO O ATENDIMENTO E O ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA A POLÍTICA DE SAÚDE POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL OUTRAS POLÍTICAS SOCIAIS E A QUESTÃO DA VIOLÊNCIA |
| AULA 5 INTRODUÇÃO PARTICIPAÇÃO SOCIAL CONTROLE SOCIAL MOVIMENTOS SOCIAIS E O ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA O TRABALHADOR DAS POLÍTICAS SOCIAIS NAS INSTÂNCIAS DE CONTROLE SOCIAL |

| |
|--|
| AULA 6 INTRODUÇÃO PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO E O ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA NOTIFICAÇÃO DA VIOLÊNCIA COTIDIANO E TRABALHO PROFISSIONAL CONDUTA ÉTICA E O COMPROMISSO NO ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA |
| BIBLIOGRAFIAS |
| <ul style="list-style-type: none">• CARLOTO, C. M. Condicionalidades nos Programas de Transferência de Renda e autonomia das mulheres. Revista Sociedade em Debate, v. 18, n. 2, Universidade Católica de Pelotas, 2012.• CARLOTO, C. M.; NOGUEIRA, B. W. F. Família, gênero e proteção social. Revista Em Pauta, Rio de Janeiro, n. 42, v. 16, p. 49 – 64, 2018.• MIOTO, R. C. T.; CAMPOS, M. S.; CARLOTO, C. M. Familismo, direitos e cidadania: contradições da política social. São Paulo: Cortez, 2015. |

| |
|--|
| DISCIPLINA: LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL |
| RESUMO |
| Nesta disciplina abordaremos a legislação educacional do Brasil, numa perspectiva crítica da natureza das leis e do planejamento da educação brasileira na atual conjuntura. Alguns importantes conceitos serão trabalhados sobre a democratização da educação básica, como funcionam os sistemas de ensino, bem como a legitimidade dos planos em nível nacional, referentes às políticas educacionais, considerando, nesse contexto, a atuação do Ministério da Educação (MEC) como parte do aparelho de Estado. |
| CONTEÚDO PROGRAMÁTICO |
| AULA 1 INTRODUÇÃO DEMOCRATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA: NATUREZA DAS LEIS E NORMAS COMPLEMENTARES SISTEMAS DE ENSINO: ENSINAR E APRENDER GESTÃO DA EDUCAÇÃO REGULAÇÃO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS RELAÇÕES ENTRE UNIÃO, ESTADOS E MUNICÍPIOS |
| AULA 2 INTRODUÇÃO TRABALHO PEDAGÓGICO NO ÂMBITO EDUCACIONAL FORMAS DE INTERVENÇÃO DO ESTADO NA EDUCAÇÃO ESCOLAR: PERSPECTIVA CRÍTICA E CONCEITOS FUNDANTES ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (ECA) – LEI N. 8.069/1990 E SEUS DESDOBRAMENTOS EM DEFESA DOS DIREITOS DA INFÂNCIA FORMAÇÃO OMNILATERAL NA EDUCAÇÃO |
| AULA 3 INTRODUÇÃO APLICAÇÃO DA LDB NA EDUCAÇÃO BÁSICA: GESTÃO DEMOCRÁTICA EM CONSTRUÇÃO EDUCAÇÃO INFANTIL NA LDB: PERSPECTIVAS DE DESENVOLVIMENTO DA INFÂNCIA |

ENSINO FUNDAMENTAL NA LDB9394/96
LEI N. 13.415/2017 - O "NOVO" ENSINO MÉDIO

AULA 4

INTRODUÇÃO

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (IDEB): LIMITES E AVANÇOS

DISPOSITIVOS LEGAIS DA LDB 9394/96 RELATIVOS À AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO
AVALIAÇÃO EM GRANDE ESCALA: AÇÕES DO MEC, DAS SMES, DAS SEEDS
AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO NUMA PERSPECTIVA EMANCIPADORA

AULA 5

INTRODUÇÃO

PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (PDE): BASES DE SUSTENTAÇÃO
EQUIDADE NA EDUCAÇÃO: COMO PROCEDER?

METAS DO PNE 2014/2024: ENTRE A POSSIBILIDADE E A REALIDADE

CONSIDERAÇÕES SOBRE O PNE 2014/2024: RESISTÊNCIA E CONTRADIÇÕES NA
ESFERA DA POLÍTICA EDUCACIONAL

AULA 6

INTRODUÇÃO

BNCC PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL: DESAFIOS A PERCORRER

OS CAMPOS DE EXPERIÊNCIA NA BNCC: ESTRUTURA E PROPÓSITOS

A BNCC PARA O ENSINO FUNDAMENTAL: CONCEPÇÕES, LIMITES CONCEITUAIS E
PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO HISTORICAMENTE SISTEMATIZADO

BNCC - RESOLUÇÃO N. 04/2018: PERCURSO DE CONSTRUÇÃO

BIBLIOGRAFIAS

- SILVA, D. N. Populismo. História do Mundo, [S.d.]. Disponível em: <https://www.historiadomundo.com.br/idade-contemporanea/populismo.htm>. Acesso em: 28 jan. 2021.
- BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular: educação é a base. Brasília, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 28 jan. 2021.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Diário Oficial da União, Brasília, 5 out. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 28 jan. 2021.

DISCIPLINA:

POLÍTICAS PÚBLICAS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

RESUMO

A gestão das políticas públicas para a área da Infância e Adolescência aborda questões que vão muito além da visão de senso comum que a sociedade tem. É preciso entender esse campo de embate entre a visão que a sociedade tem e a visão de gestão. As duas juntas podem garantir a eliminação do senso comum. Não podemos esquecer que as perspectivas teóricas e a gestão das políticas públicas para a infância e adolescência

estão diretamente relacionadas aos princípios contidos no Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990 – o ECA (Brasil, 1990). É com certeza desafiante entender as políticas públicas para a gestão da infância e da adolescência se não soubermos o que significa e se não tivermos conhecimentos a respeito da Doutrina da Proteção Integral como pilar fundante do ECA, e por consequência de suas perspectivas. Ou seja, os conteúdos desta disciplina, tratam de compreender a doutrina, compreender o ECA, a partir da proteção integral e de todos os atores sociais envolvidos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE: UMA POLÍTICA DE PARTICIPAÇÃO

ECA: POLÍTICAS SOCIAIS E JURÍDICAS

SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS

POLÍTICAS PÚBLICAS: PERSPECTIVAS TEÓRICAS SOBRE OS DIREITOS HUMANOS

AULA 2

INTRODUÇÃO

OS SISTEMAS DE PROTEÇÃO DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA: DA RODA DOS EXPOSTOS AO ECA

O ECA E A CRIAÇÃO DO SISTEMA DE PROTEÇÃO INTEGRAL

ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI: QUEM SÃO ELES?

A QUESTÃO DA MAIORIDADE PENAL E A EDUCAÇÃO PARA DIREITOS HUMANOS PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

AULA 3

INTRODUÇÃO

BRASIL COLÔNIA E A CRIANÇA

A CRIANÇA, A FAMÍLIA E A SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

DESENVOLVIMENTO HUMANO

ATENDIMENTO ÀS CRIANÇAS E AO ADOLESCENTE

AULA 4

INTRODUÇÃO

PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E

ADOLESCENTES

ORÇAMENTO E FINANCIAMENTO DAS POLÍTICAS PARA CRIANÇAS E

ADOLESCENTES

PARTICIPAÇÃO, COMUNICAÇÃO SOCIAL E PROTAGONISMO DE CRIANÇAS E

ADOLESCENTES

ESPAÇOS DE GESTÃO E CONTROLE SOCIAL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE

PROMOÇÃO, PROTEÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DAS CRIANÇAS E DOS

ADOLESCENTES

AULA 5

INTRODUÇÃO

CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CNAS)

CONSELHO TUTELAR: O QUE É

CONSELHO TUTELAR: HISTÓRIA

CONSELHO TUTELAR: LEGISLAÇÃO

AULA 6

INTRODUÇÃO

PODER JUDICIÁRIO

VARAS DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE

MINISTÉRIO PÚBLICO

DEFENSORIA PÚBLICA

BIBLIOGRAFIAS

- CURY, C. R. J. Direito à educação: direito à igualdade, direito à diferença. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 116, jul. 2002.
- NOGUEIRA, F. do A. Continuidade e descontinuidade administrativa em governos locais: fatores que sustentam a ação pública ao longo dos anos. 139 p. Dissertação (Mestre em Administração Pública) – Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2006.
- RIPLEY, R. B. Stages of the Policy Process. In: MCCOOL, D. C. (Org). Public Policy, Theories, Models, and Concepts: An Anthology. NJ: Prentice Hall, 1995.

DISCIPLINA:

ECA - ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

RESUMO

A atuação do conselho tutelar está respaldada em preceitos legais que historicamente foram construídos em âmbito nacional e internacional. Todo o aparato legal representa o esforço de vários segmentos da sociedade civil organizada em diferentes lugares do mundo na superação de representações a respeito da criança e da adolescência, que não correspondiam ao necessário cuidado que pessoas em fase de desenvolvimento biopsicossocial necessitam para ter assegurados os direitos de humanos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO

BREVE HISTÓRICO DA CONSTRUÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS DAS CRIANÇAS NO SÉCULO XX

OS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NO BRASIL

CONVENÇÃO INTERNACIONAL DE 1989

CRIANÇA – TODO SER HUMANO COM MENOS DE 18 ANOS

PODER FAMILIAR EM SUBSTITUIÇÃO AO PÁTRIO PODER – UM NOVO CONCEITO DE FAMÍLIA

FINALIZANDO

AULA 2

INTRODUÇÃO

A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA COMO PONTO CENTRAL DA PROTEÇÃO DIRECIONADA A CRIANÇAS E ADOLESCENTES

A PROTEÇÃO DESTINADA A CRIANÇAS E ADOLESCENTES NAS PRIMEIRAS CONSTITUIÇÕES BRASILEIRAS

A PROTEÇÃO DESTINADA A CRIANÇAS E ADOLESCENTES NAS CONSTITUIÇÕES QUE ANTECEDERAM A CONSTITUIÇÃO CIDADÃ

AULA 3

INTRODUÇÃO

A DOCTRINA/PRINCÍPIO DA PROTEÇÃO INTEGRAL
PRINCÍPIO DA PRIORIDADE ABSOLUTA E DA PREVALÊNCIA DOS INTERESSES
PRINCÍPIO DA BREVIDADE E DA EXCEPCIONALIDADE
PRINCÍPIOS DA GRATUIDADE, DA SIGILOSIDADE E CONVIVÊNCIA FAMILIAR

AULA 4

INTRODUÇÃO

DIREITOS FUNDAMENTAIS SOCIAIS – NACIONALIDADE
OUTRAS CARACTERÍSTICAS DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS
DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS PREVISTOS NO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - A FAMÍLIA E A EDUCAÇÃO
DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS PREVISTOS NO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

AULA 5

INTRODUÇÃO

FUNDAMENTOS LEGAIS SOBRE AS POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS DE ATENDIMENTO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE
POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS DE ATENDIMENTO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE
AS LINHAS DE AÇÃO PARA A POLÍTICA DE ATENDIMENTO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE
AS ENTIDADES DE ATENDIMENTO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE
A FISCALIZAÇÃO DE ENTIDADES DE ATENDIMENTO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE

AULA 6

INTRODUÇÃO

O CONSELHO TUTELAR NO SISTEMA DE GARANTIA
A REDE DE PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE
PRINCIPAIS DESAFIOS POR PARTE DOS INTEGRANTES DO SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS
PRINCIPAIS DESAFIOS POR PARTE DA SOCIEDADE

BIBLIOGRAFIAS

- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Projetos Educacionais Especiais. Programa nacional de atenção integral à criança e ao adolescente (Pronaica). Subprogramas e ações. Brasília, jan. 1994. Disponível em <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002528.pdf>. Acesso em: 2 jan. 2019.
- COELHO, B. F. Art. 4º da lei n. 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente): Análise crítica e soluções para a efetiva aplicabilidade dos preceitos normativos.
- Âmbito jurídico, Rio Grande, v. 13, n. 82, nov. 2010. Disponível em: http://www.ambitojuridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=8770. Acesso em: 2 jan. 2019.

| |
|---|
| DISCIPLINA: METODOLOGIAS ATIVAS |
| RESUMO |
| A educação é um meio único para trazer mudanças sociais, porém, devido às diversas mudanças na sociedade, surge a necessidade de introduzir mudanças também no sistema educacional. Neste contexto, as metodologias devem oportunizar o cumprimento dos objetivos desejados. Sendo assim, para que os estudantes se tornem participativos, torna-se fundamental a adoção de metodologias que os envolvem e atividades cada vez mais criativas e elaboradas. Nesse sentido, para tratar dessas possibilidades as Metodologias Ativas se tornam essenciais, pois a partir delas se concebe a sala de aula como um espaço vivo, de trocas, resultados e pesquisas. |
| CONTEÚDO PROGRAMÁTICO |
| AULA 1 INTRODUÇÃO O QUE É ENSINO? METODOLOGIAS DE ENSINO METODOLOGIAS ATIVAS: CONCEITUAÇÃO SURGIMENTO DAS METODOLOGIAS ATIVAS: CONTEXTO HISTÓRICO |
| AULA 2 INTRODUÇÃO METODOLOGIAS ATIVAS E TEORIAS DA APRENDIZAGEM APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA – CONCEITO APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA – HISTÓRICO APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA E SUA RELAÇÃO COM AS METODOLOGIAS ATIVAS |
| AULA 3 INTRODUÇÃO METODOLOGIAS ATIVAS E FORMAÇÃO DOCENTE METODOLOGIAS ATIVAS E TECNOLOGIAS METODOLOGIAS ATIVAS E A FORMAÇÃO DE COMPETÊNCIAS TIPOS DE METODOLOGIAS ATIVAS |
| AULA 4 INTRODUÇÃO CULTURA DIGITAL APRENDER COM TECNOLOGIAS: NOVOS CAMINHOS A SALA DE AULA HOJE: ESPAÇOS DIVERSOS METODOLOGIAS ATIVAS, ENSINO A DISTÂNCIA E ENSINO HÍBRIDO |
| AULA 5 INTRODUÇÃO EDUCAÇÃO INCLUSIVA O ALUNO E SUA RELAÇÃO COM A APRENDIZAGEM O PAPEL DO PROFESSOR NA PERSPECTIVA INCLUSIVA METODOLOGIAS ATIVAS COMO ESTRATÉGIA PARA UMA EDUCAÇÃO MAIS INCLUSIVA |
| AULA 6 |

INTRODUÇÃO

ESTUDO DE CASO E SALA DE AULA INVERTIDA
APRENDIZAGEM BASEADA EM PROJETOS
GAMIFICAÇÃO, DESIGN THINKING E CULTURA MAKER
METODOLOGIAS ATIVAS E AVALIAÇÃO

BIBLIOGRAFIAS

- Midiáticas, Educação e Cidadania: aproximações jovens. Vol. II. PG: Foca FotoPROEX/UEPG, 2015. Disponível em: http://www2.eca.usp.br/moran/wpcontent/uploads/2013/12/mudando_mora_n. Acesso em: 20 ago. 2018.
- _____. Sala de aula invertida: uma metodologia ativa de aprendizagem. Rio de Janeiro: LTC, 2016.
- FREIRE, P. Pedagogia da autonomia. Saberes necessários à prática educativa. 51. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

DISCIPLINA:

CRIMINALIDADE, CRIMINALIZAÇÃO, DIREITOS HUMANOS E MOVIMENTOS SOCIAIS

RESUMO

Ao longo da disciplina, trataremos de conceituar crime, criminalidade e criminalização com o objetivo de buscar o entendimento sobre essas categorias fundamentais para compreender a realidade no Brasil. Por se tratar de um debate muito polêmico e permeado de discordância e senso comum, procuramos deixar claro que a abordagem que segue parte da teoria sócio-histórica amparada na sociologia do crime e do cotidiano. Certamente em outras ciências e áreas do saber, é possível localizar perspectivas distintas das que você encontrará durante as aulas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO

CRIMINALIDADE: REFLEXÕES PARA ALÉM DA BASE SEMÂNTICA

CRIMINALIZAÇÃO: PROCESSOS SOCIOECONÔMICOS - CULTURAIS

O SISTEMA DE PUNIÇÃO – INSTITUIÇÕES TOTAIS

A CRIMINALIZAÇÃO DA POBREZA – QUANDO VIVER É MUITO PERIGOSO

AULA 2

INTRODUÇÃO

HISTÓRIA DO SISTEMA PRISIONAL NO BRASIL

O SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO CHEGA NO LIMITE

O ENCARCERAMENTO EM MASSA - PERFIL E FUNCIONALIDADES

EM BUSCA DE ALTERNATIVAS PARA O SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO

AULA 3

INTRODUÇÃO

A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DOS DIREITOS HUMANOS

DIREITOS HUMANOS NO SÉCULO XX

AS CONCEPÇÕES DE DIREITOS HUMANOS

A GERAÇÃO E AS CARACTERÍSTICAS DOS DIREITOS HUMANOS

AULA 4

INTRODUÇÃO

DIREITOS HUMANOS E RELATIVISMO CULTURAL
A ALTERIDADE E A MULTICULTURALIDADE: REFLEXÕES CONCEITUAIS
VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS NO BRASIL
70 ANOS DA DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS

AULA 5

INTRODUÇÃO

BRASIL NO BANCO DOS RÉUS – TRIBUNAIS INTERNACIONAIS
TRATADOS E ACORDOS INTERNACIONAIS EM DEFESA DE DIREITOS HUMANOS
OS DEFENSORES DOS DIREITOS HUMANOS NO BRASIL
AS DISTORÇÕES EM RELAÇÃO AOS DIREITOS HUMANOS COMO ESTRATÉGIA DE ESTADO

AULA 6

INTRODUÇÃO

OS MOVIMENTOS SOCIAIS NO BRASIL
MOVIMENTOS SOCIAIS DO SÉCULO XXI
A CRIMINALIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS
OS MOVIMENTOS SOCIAIS EM DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

BIBLIOGRAFIAS

- CANO, I.; SOARES, G. D. As teorias sobre as causas da criminalidade. Rio de Janeiro: Ipea, 2002. Manuscrito.
- CORTELLA, M. S. Quem avisa amigo é... Folha de São Paulo, 13 set. 2001. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/equilibrio/eq1309200122.htm> Acesso em: 28 fev. 2020.
- HELPES, S. S. A entrada da Sociologia na cena do crime: uma breve revisão literária. Revista Café com Sociologia, Maceió, v. 3, n. 3, p. 141-160, 2014. Disponível em: <https://revistacafecomsociologia.com/revista/index.php/revista/article/view/399/p df>. Acesso em: 28 fev. 2020.

DISCIPLINA:

SOCIOLOGIA

RESUMO

Nesta disciplina serão abordados os seguintes conteúdos: como estudar sociologia; conceito de sociologia; a sociologia como ciência; a perspectiva sociológica; o indivíduo e a sociedade; sociologia clássica; sociologia contemporânea; sociologia no Brasil; sociologia urbana e da violência; sociologia ambiental e ruralidades; sociologia do consumo e indústria cultural; sociologia da juventude; sociologia do trabalho; estatística e sociologia; o sociólogo e sua atuação na atualidade.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

CONTEXTO HISTÓRICO
WEBER E A AÇÃO SOCIAL
A VISÃO POSITIVISTA NA FORMAÇÃO DA SOCIOLOGIA

MARX E AS CLASSES SOCIAIS
DURKHEIM E OS FATOS SOCIAIS

AULA 2

SOCIOLOGIA CONTEMPORÂNEA
O SOCIÓLOGO E SUA ATUAÇÃO NA ATUALIDADE
SOCIOLOGIA NO BRASIL
COMO ESTUDAR SOCIOLOGIA? SOCIOLOGIA COMO CIÊNCIA

AULA 3

SOCIOLOGIA DO TRABALHO
SOCIOLOGIA URBANA E DA VIOLÊNCIA
SOCIOLOGIA URBANA E DA VIOLÊNCIA
SOCIOLOGIA DO CONSUMO E INDÚSTRIA CULTURAL
SOCIOLOGIA DA JUVENTUDE

BIBLIOGRAFIAS

- MARX, K. Contribuição para a crítica da economia política. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- WEBER, M. Economia e sociedade. Vol. 1. Vol 2. Brasília: Ed UNB, 1991/2009.
- MARX, K.; ENGELS, F. Manifesto comunista. São Paulo: Boitempo, 2005.

DISCIPLINA:

A FAMÍLIA E SEUS ASPECTOS HISTÓRICOS, SOCIOLÓGICOS E ANTROPOLÓGICOS

RESUMO

O que é uma família? Como podemos designá-la? Nesta disciplina, não apenas abordaremos estes conceitos como os aspectos relativos à família como uma instituição social que permeia toda a nossa vida e as nossas relações sociais, mesmo na ausência daquilo que a própria sociedade nos diz que é família, ou que seria uma família dentro de determinados modelos que nem sempre correspondem à realidade vivida por cada um de nós.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO
AS RELAÇÕES FAMILIARES COMO ESPAÇO DE SOCIABILIDADE
A NATURALIZAÇÃO DA FAMÍLIA
A FAMÍLIA COMO INSTITUIÇÃO SOCIAL
FAMÍLIA E FAMÍLIAS

AULA 2

INTRODUÇÃO
PARENTESCO: A RELAÇÃO NATUREZA E CULTURA
OS TERMOS DO PARENTESCO
ESTUDO DE CASO

AULA 3

INTRODUÇÃO

ASPECTOS HISTÓRICOS: A FAMÍLIA PATRIARCAL EXTENSA

A FAMÍLIA NUCLEAR – TRADICIONAL

FAMÍLIA E TRABALHO

UMA FAMÍLIA DO 1021

CORPORAÇÕES, INFÂNCIA E FAMÍLIA

AULA 4

INTRODUÇÃO

O TRABALHO FEMININO

O TRABALHO INFANTIL

A VIDA PRIVADA E O MUNDO DO TRABALHO

AS RELAÇÕES SOCIAIS NO CONTEXTO DAS SOCIEDADES INDUSTRIALIZADAS

AULA 5

INTRODUÇÃO

A FAMÍLIA COMO GRUPO DE AFETO

A VIDA PRIVADA E A SOCIEDADE MODERNA

O PAPEL DA EDUCAÇÃO NA TRANSFORMAÇÃO DAS RELAÇÕES FAMILIARES

DIFERENTES PROCEDÊNCIAS DOS MEMBROS DE UMA MESMA FAMÍLIA

AULA 6

INTRODUÇÃO

NOVOS ARRANJOS FAMILIARES

AS FAMÍLIAS MONOPARENTAIS

AS FAMÍLIAS HOMOAFETIVAS

CELEBRAR A VIDA QUE CONSTRUÍMOS PARA ALÉM DOS MODELOS

BIBLIOGRAFIAS

- ARIÉS, P. História social da criança e da família. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2018.
- BERGER, P.; LUCKMANN, T. A construção social da realidade. Petrópolis: Vozes, 2007.
- BRANDÃO, C. R. Nós, os humanos: do mundo à vida, da vida à cultura. São Paulo: Cortez, 2015.

DISCIPLINA:

LGPD – LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

RESUMO

A gestão eletrônica de documentos (GED) é uma evolução natural da gestão documental convencional, que tem como base o papel. A gestão de documentos convencional é um processo caro, lento e sujeito a erros, que exige muito espaço físico e muito tempo para gerenciamento e recuperação de documentos. O GED substitui o gerenciamento manual de documentos pelo gerenciamento digital, o que traz inúmeras vantagens. Com o GED, documentos podem ser facilmente digitalizados, indexados e armazenados em um sistema eletrônico centralizado. Isso permite que documentos sejam recuperados rapidamente por meio de pesquisas por palavras-chave e evita a perda ou destruição de documentos físicos. Além disso, a gestão eletrônica de documentos também melhora a segurança dos documentos, uma vez que é possível definir níveis de acesso aos documentos, criptografá-los e protegê-los contra alterações não autorizadas. O GED

também permite a criação de trilhas de auditoria que registram todas as ações realizadas em relação a um documento.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO

A LGPD NA PERSPECTIVA CONSTITUCIONAL: OS DIREITOS FUNDAMENTAIS

A LGPD E A RELAÇÃO COM OUTROS DIPLOMAS LEGAIS

ÂMBITO DE APLICAÇÃO DA LGPD

OS FUNDAMENTOS DA LGPD

AULA 2

INTRODUÇÃO

CONCEITOS FUNDAMENTAIS

HIPÓTESES LEGAIS E GERAIS DE TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

CONSENTIMENTO DO TITULAR

LEGÍTIMO INTERESSE DO CONTROLADOR

AULA 3

INTRODUÇÃO

TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS SENSÍVEIS

TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS PELO PODER PÚBLICO

COMPARTILHAMENTO DE DADOS PELO PODER PÚBLICO

AULA 4

INTRODUÇÃO

DIREITOS DO TITULAR DE DADOS PESSOAIS

CICLO DE VIDA DOS DADOS PESSOAIS

AGENTES DE TRATAMENTO DE DADOS: CONTROLADOR E OPERADOR

ENCARREGADO DOS DADOS (DPO)

AULA 5

INTRODUÇÃO

SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

ÓRGÃOS DE FISCALIZAÇÃO E REGULAÇÃO NACIONAL

ÓRGÃOS ESTADUAIS DE FISCALIZAÇÃO E REGULAÇÃO

O PAPEL DO CONTROLE EXTERNO NA FISCALIZAÇÃO DA LGPD

AULA 6

INTRODUÇÃO

BOAS PRÁTICAS E GOVERNANÇA

PREMISSAS FUNDAMENTAIS DE GOVERNANÇA EM PRIVACIDADE À LUZ DA LGPD

ELEMENTOS MANDATÓRIOS MÍNIMOS DO PROGRAMA DE GOVERNANÇA EM

PRIVACIDADE

O PROGRAMA DE “GOVERNANÇA EM PRIVACIDADE”: COMO ESTRUTURÁ-LO?

BIBLIOGRAFIAS

- AMORA, J. Relação entre compliance e LGPD. Risco Legal, S.d. Disponível em: <https://vgriscolegal.com.br/blog/relacao-entre-lgpd-e-o-compliance/>. Acesso em: 24 maio 2023.
- BARROS, L. Gestão eletrônica de documentos: o que é e como funciona a GED? Tangerino, 2022. Disponível em: <https://tangerino.com.br/blog/gestaoeletronica-de-documentos/#Como-funciona-a-Gestao-Eletronica-deDocumentos?>. Acesso em: 4 maio 2023
- KOLBE JÚNIOR, A. Produção e preservação de documentos sigilosos. Curitiba: InterSaberes, 2020.

| DISCIPLINA: |
|---|
| DIREITOS HUMANOS - ASPECTOS HISTÓRICOS, CONCEITUAIS E CONJUNTURAIS |
| RESUMO |
| Esta disciplina apresenta aspectos fundamentais dos direitos humanos, com suas perspectivas históricas, natureza e origens conceituais. Ela trata do sistema global de proteção dos direitos humanos, explica a diferença entre direitos humanos e direitos fundamentais, e descreve projetos societários. Aborda a cultura dos direitos e a condição da dignidade humana. Fala também sobre aspectos críticos do tema, apontando as contradições entre o desenvolvimento econômico e o humano. |
| CONTEÚDO PROGRAMÁTICO |
| AULA 1 INTRODUÇÃO DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA DIMENSÕES E CARACTERÍSTICAS DOS DIREITOS HUMANOS DIREITOS FUNDAMENTAIS MITIGAÇÃO DA SOBERANIA DO ESTADO |
| AULA 2 INTRODUÇÃO DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS SISTEMA GLOBAL DE PROTEÇÃO PACTO INTERNACIONAL DOS DIREITOS CIVIS E POLÍTICOS E PROTOCOLO FACULTATIVO AO PACTO PACTO INTERNACIONAL DOS DIREITOS ECONÔMICOS, SOCIAIS E CULTURAIS E PROTOCOLO FACULTATIVO AO PACTO |
| AULA 3 INTRODUÇÃO CONVENÇÃO INTERNACIONAL SOBRE A ELIMINAÇÃO DE TODAS AS FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO RACIAL CONVENÇÃO INTERNACIONAL SOBRE A ELIMINAÇÃO DE TODAS AS FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO CONTRA A MULHER CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DA CRIANÇA |
| AULA 4 |

INTRODUÇÃO

SISTEMA INTERAMERICANO DE PROTEÇÃO
COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS
CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS
INTERPRETAÇÃO E APLICAÇÃO

AULA 5

INTRODUÇÃO
A GLOBALIZAÇÃO E OS DIREITOS HUMANOS
GLOBALIZAÇÃO E LOCALIZAÇÃO
ANTONIO WOLKMER E O PLURALISMO
DIREITOS HUMANOS COMO DE DIREITO PÚBLICO

AULA 6

INTRODUÇÃO
A EXPANSÃO DOS DIREITOS HUMANOS E SUA PREVISÃO NA CONSTITUIÇÃO
NORMAS CONSTITUCIONAIS SOBRE A FORMAÇÃO E A INCORPORAÇÃO DE
TRATADOS
AS FASES DAS CELEBRAÇÕES DE TRATADOS NO BRASIL
A HIERARQUIA NORMATIVA DOS TRATADOS

BIBLIOGRAFIAS

- DECLARAÇÃO DOS DIREITOS DO HOMEM E DO CIDADÃO. Disponível em: <http://tiny.cc/vy2fcz>. Acesso em: 9 set. 2019.
- VIANA, A. C. A. Conflito entre as nações: um estudo acerca da teoria de Huntington e outras perspectivas. Monografia de Especialização em Sociologia Política – Curso de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.
- SOARES, R. M. F. A releitura da teoria normativa jusfundamental: um caminho para o direito justo. Revistas Bonijuris, Curitiba, Ano XXIII, n. 577, dez. 2011.

DISCIPLINA:

RELAÇÕES FAMILIARES E GÊNERO

RESUMO

Nesta disciplina será abordado qual o caminho das políticas sociais atualmente. E, iremos compreender, como estas políticas abrangem as famílias. Quando falamos de política, é preciso refletir que se trata de interesses de grupos diversos que lutam pelo poder, buscando acesso a melhores possibilidades de realização desses interesses, ou seja, são caminhos diferentes. Por esse ângulo, o contexto em que se desenvolvem as políticas sociais nunca é neutro, pois sempre será marcado por interesses, conflitos e negociações entre os que reivindicam os direitos e aqueles que os concedem, entre os que se beneficiam e os que são prejudicados, em suma, entre os dominantes e os dominados.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO
O ESTADO E AS POLÍTICAS SOCIAIS PARA FAMÍLIAS
AS RELAÇÕES DA FAMÍLIA E O PROCESSO DE DESFILIAÇÃO
CIDADANIA: POLÍTICA SOCIAL E FAMÍLIA

FAMÍLIA E TRABALHO FAMILIAR

AULA 2

INTRODUÇÃO

POLÍTICAS DE APOIO À FAMÍLIA

PROTEÇÃO SOCIAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PROGRAMAS DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA

AULA 3

INTRODUÇÃO

REFLEXÕES SOBRE O CONCEITO DE FAMÍLIA

NOVOS OLHARES SOBRE AS FAMÍLIAS

ESTEREÓTIPOS DE FAMÍLIA E DE PAPÉIS FAMILIARES

AS TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS E O IMPACTO NA FAMÍLIA

AULA 4

INTRODUÇÃO

O CONTEXTO DE PROGRAMAS DE APOIO SOCIOFAMILIAR

O TRABALHO SOCIAL E ALGUNS APONTAMENTOS

O TRABALHO SOCIAL NAS POLÍTICAS PÚBLICAS SOCIAIS

O TRABALHO SOCIOEDUCATIVO COM FAMÍLIAS

AULA 5

INTRODUÇÃO

PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA E TRABALHO EM EQUIPE

PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA E DESAFIOS FRENTE AO SISTEMA CAPITALISTA

PROGRAMA DE AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE (PACS)

A INTERSETORIALIDADE ENTRE POLÍTICAS SOCIAIS

AULA 6

INTRODUÇÃO

O SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS

OS DIREITOS PREVISTOS À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE

PLANO NACIONAL DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL

A POLÍTICA DE HABITAÇÃO

BIBLIOGRAFIAS

- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. 1988. 41. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2008.
- BRASIL. Lei n. 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família, e dá outras providências. Brasília. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2004-2006/2004/Lei/L10.836.htm. Acesso em: 22 set. 2019.
- CARVALHO, M. do C. B. de. Família e políticas públicas. ACOSTA, A. R.; VILTALES, M. A. F. (orgs.). Família: redes, laços e políticas públicas. São Paulo: Cortez / Instituto de Estudos Especiais – PUC/SP, 2005.

| |
|--|
| DISCIPLINA: ANTROPOLOGIA |
| RESUMO |
| Esta disciplina está dividida em temas interligados. Iniciamos tratando dos objetivos e métodos da Antropologia: sua história, trabalho de campo e as principais correntes do pensamento antropológico. Passaremos às particularidades da antropologia brasileira: compreendê-la implica em apontar para os projetos nacionais de construção da identidade nacional. Já em diálogo com a Sociologia, dedicamo-nos às interpretações antropológicas de temas como cidadania, racismo e festividades. Também discutiremos as relações possíveis entre sistema mundial e diversidades locais. Competências e Habilidades: Desenvolver o conhecimento crítico relacionando a experiência pessoal à Antropologia; é necessário o domínio de temas centrais como cultura, etnocentrismo e diversidade; estabelecer o diálogo entre a Antropologia e demais áreas das ciências sociais. |
| CONTEÚDO PROGRAMÁTICO |
| AULA 1 O QUE É CULTURA? OS DETERMINISMOS NATUREZA E CULTURA PENSAMENTO ANTROPOLÓGICO CULTURA E HISTÓRIA |
| AULA 2 SURGIMENTO DA ANTROPOLOGIA ETNOCENTRISMO E DIVERSIDADE CULTURAL EVOLUCIONISMO TRABALHO DE CAMPO LIMITES DO TRABALHO DE CAMPO |
| AULA 3 DESENVOLVIMENTO E INTEGRAÇÃO NACIONAL ESTUDOS INDÍGENAS CONTRATUALISTAS E AMERICANISTAS ESTUDOS RURAIS ANTROPOLOGIA URBANA |
| AULA 4 CULTURA POPULAR E CULTURA ERUDITA FOLCLORE E INTELLECTUAIS DEMOCRACIA RACIAL RACISMO NO BRASIL SÍMBOLOS NACIONAIS |
| AULA 5 ANTROPOLOGIA NO BRASIL CIDADANIA NO BRASIL A CASA E A RUA |

O JEITINHO BRASILEIRO
NO BRASIL TUDO ACABA EM CARNAVAL?

AULA 6

DIVERSIDADE E GLOBALIZAÇÃO

CAPITALISMO NO PLURAL

IDENTIDADE E NOVAS TECNOLOGIAS

CULTURA COMO CATEGORIA POLÍTICA

POPULAÇÃO E TERRITÓRIOS TRADICIONAIS

BIBLIOGRAFIAS

- CHICARINO, T. Antropologia Social e Cultural. São Paulo: Person Hall, 2014.
- CUNHA, M.C. da. Cultura com aspas. São Paulo: Cosac Naify, 2002.
- DAMATTA, R. Relativizando: uma introdução à antropologia cultural. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

